

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.016 - SP (2019/0210494-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **OSMAR ALVES DA SILVA JUNIOR**  
**ADVOGADOS** : **EDNEI MARCOS ROCHA DE MORAIS - SP149014**  
**HELEN AGDA ROCHA DE MORAIS GUIRAL - SP243929**  
**AGRAVADO** : **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A**  
**ADVOGADOS** : **EDUARDO CHALFIN - SP241287**  
**LUANA COLOGNESI PEREIRA DA SILVA - SP388892**  
**ANORINA ANGELICA DA SILVA GONÇALVES - SP400383**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por OSMAR ALVES DA SILVA JUNIOR contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"Apelação. Ação de cobrança. Seguro de vida - Sentença de improcedência - Apelo do Autor - Desnecessária realização de nova perícia - Perícia realizada por perito de confiança do Juízo e laudo pericial muito bem detalhado - Invalidez funcional total e permanente não constatada - Inexistência de documento comprovando a consolidação da moléstia - Desnecessárias perquirições sobre a vigência da apólice quando do surgimento das doenças - Ausência de cobertura securitária - Inteligência dos artigos 757 do Código Civil - Precedente jurisprudencial - Sentença mantida. Recurso desprovido" (e-STJ fl. 234).*

No recurso especial, alega-se, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 757, 758, 759 e 760 do Código Civil, ao fundamento de que o recorrente está inválido, não podendo mais exercer atividade laboral, motivo pelo qual faz jus à indenização pleiteada.

Com as contrarrazões, foi negado seguimento ao recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Com efeito, as conclusões do tribunal de origem acerca do mérito da demanda

decorreram inquestionavelmente da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, o que se pode facilmente aferir a partir da leitura dos fundamentos do julgado atacado, que ora se colaciona, na parte que interessa:

*“(…)*

*O laudo pericial foi elaborado por médico de confiança do Juízo (fl. 160/170), e analisou diversos itens durante o exame, merecendo integral acolhimento, até porque não apresentado qualquer documento contemporâneo a ele indicando a consolidação da incapacidade do autor, atualmente com 37 anos de idade.*

*Após a realização de diversos exames clínicos bem detalhados, o expert apontou: 'Membros superiores: força muscular e musculatura conservadas para a idade. (...) Membros inferiores: força muscular e musculatura conservadas para a idade. (...) Exame neurológico: lúcido, orientado, juízo crítico da realidade preservada, choro no exame, tremores de extremidades e baixa estima. Romberg (...) positivo. Sinais labirínticos positivos. Coordenação motora dentro dos limites da normalidade para a idade. Ausência de sinais recentes ou antigos de queda ao solo. Coluna: sem dor à palpação em toda coluna, ausência de contratura da musculatura para vertebral e/ou limitação a flexão da coluna. Marcha normal. Lasegue (...) negativo' (fl. 164).*

*Por fim, o Senhor Perito concluiu: 'o autor é portador de depressão incapacitante e lombalgia controlada, estando, dessa forma, total e temporariamente incapaz para o trabalho' (fl. 166), ratificado tal diagnóstico por ocasião dos esclarecimentos de fl. 184/185.*

*Embora não tenha sido juntado inteiro teor do contrato, sabe-se que o risco segurado não é apenas de incapacidade total para o trabalho, mas funcional, ou seja, para toda e qualquer atividade, mesmos as domésticas, de forma permanente.*

*Não há qualquer abusividade na cláusula em questão, pois há diversos tipos de incapacidade, podendo o contrato de seguro contemplar cada uma delas de acordo com a vontade das partes. Observe-se que o valor da indenização é justamente o valor do que seria devido em caso de morte (fl. 28), a indicar que a incapacidade deve ser tal que possa equiparar-se a um estado que impossibilite uma vida autônoma permanentemente.*

*(…)*

*Uma vez constatada a existência de incapacidade temporária, desnecessárias perquirições sobre a vigência do contrato quando do surgimento da moléstia” (e-STJ fls. 236/238).*

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 deste Superior Tribunal.

Registre-se, outrossim, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela

alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

É o que se observa do seguinte julgado:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. DESCONSTITUIÇÃO DO ENTENDIMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. ANÁLISE FEITA COM BASE NO SUPORTE FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

*1. Rever as conclusões das instâncias ordinárias quanto à ocorrência de prescrição da ação declaratória de inexistência de débito cumulada com repetição de indébito e indenização por danos morais exige, necessariamente, a incursão no material fático-probatório dos autos, notadamente porque as alegações da recorrente são no sentido de considerar outro termo inicial para a contagem do prazo prescricional, o que atrai a aplicação da Súmula 7/STJ.*

*2. No que toca ao conhecimento do apelo especial por divergência jurisprudencial, também não colhe êxito. Isso porque julgado fundado em fatos e provas (incidência da Súmula 7/STJ) não enseja a possibilidade de demonstração da similitude fática, conforme tranquilo entendimento desta Corte Superior.*

*3. Agravo interno desprovido" (AgInt no AREsp 1.114.253/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 6/11/2017 – grifou-se).*

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 12% (doze por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator